

Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

O presenteísmo em professores de escolas rurais do interior paulista

The presenteeism in rural school teachers in the interior of São Paulo

El presentismo en los maestros de escuelas rurales en el interior de São Paulo

Paulo Roberto Ribeiro Marinho¹, Maria Luiza Gava Schmidt², Mário Sérgio Vasconcelos³ & Mário Lázaro

Camargo⁴

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. *E-mail:* roberto.marinho@unesp.br *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-3661-7251>

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. *E-mail:* mlschmidt@uol.com.br *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-3296-7238>

³ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. *E-mail:* mario.sergio@reitoria.unesp.br *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-3977-827X>

⁴ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. *E-mail:* mario.camargo@unesp.br *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-1802-2382>

Informações do Artigo:

Mário Lázaro Camargo
mario.camargo@unesp.br

Recebido em: 23/06/2021

Aceito em: 30/10/2021

RESUMO

O objetivo do estudo foi investigar a existência de presenteísmo em professores de escolas rurais no interior paulista, além de identificar variáveis sociodemográficas e ocupacionais relacionadas ao fenômeno, por meio do campo teórico da Psicologia da Saúde, Trabalho e Educação. Utilizou-se como método o corte transversal de caráter descritivo e exploratório com abordagem quantitativa. Foram aplicados nos participantes os questionários Sociodemográfico e Ocupacional (QSDO) e o *Stanford Presenteeism Scale* (SPS-6). Os resultados indicam forte presença do comportamento presenteísta no público pesquisado e, conseqüentemente, poderão contribuir para práticas de prevenção do adoecimento e promoção da saúde nesta e noutras categorias profissionais.

PALAVRAS-CHAVE:

Presenteísmo; Professores; Escola rural; Saúde do trabalhador.

ABSTRACT

The aim of the study was to investigate the existence of presenteeism in teachers from rural schools in the interior of São Paulo, in addition to identifying sociodemographic and occupational variables related to the phenomenon, through the theoretical field of Health, Work and Education Psychology. A descriptive and exploratory cross-sectional method with a quantitative approach was used. The Sociodemographic and Occupational Questionnaires (QSDO) and the Stanford Presenteeism Scale (SPS-6) were applied to the participants. The results indicate a strong presence of presenteeist behavior in the researched public and, consequently, may contribute to practices of disease prevention and health promotion in this and other professional categories.

KEYWORDS:

Presenteeism; Teachers; Rural school; Occupational health.

RESUMEN

El objetivo del estudio fue investigar la existencia de presentismo en docentes de escuelas rurales del interior paulista, además de identificar variables sociodemográficas y ocupacionales relacionadas con el fenómeno, a través del campo teórico de la Psicología de la Salud, el Trabajo y la Educación. Se utilizó un método descriptivo y exploratorio transversal con enfoque cuantitativo. A los participantes se les aplicaron los Cuestionarios Sociodemográficos y Ocupacionales (QSDO) y la Escala de Presentismo de Stanford (SPS-6). Los resultados indican una fuerte presencia de comportamiento presentista en el público investigado y, en consecuencia, puede contribuir a las prácticas de prevención de enfermedades y promoción de la salud en esta y otras categorías profesionales.

PALABRAS CLAVE:

Presentismo; Profesores; Escuela rural; Salud del trabajador.

Ser professor está relacionado a orientar e ensinar a partir dos saberes acumulados pela humanidade, promovendo, assim, a mediação entre indivíduo e sociedade e levando a uma suficiente apropriação de conteúdos da cultura, sempre com foco em sua emancipação e integração social. No entanto, a profissão “professor” perdeu muito de seu significado ao longo das últimas décadas, em especial em relação a seu valor e respeito social. Tal fato deve nos levar a sérias e críticas reflexões sobre sua própria identidade e relação com o trabalho, o que é objetivo deste estudo. Diante desses aspectos, torna-se relevante estudar, discutir e refletir sobre o trabalho dos professores. Embora, quando se fala em escola, seja comum que se pense nos contextos físicos, nos métodos de ensino, na indisciplina dos alunos e nos recursos precários que implicam a limitação de

sua relevância ou de seu desempenho institucional, ainda há pouca reflexão sobre o professor e quase nada sobre os que atuam em contextos como escolas ribeirinhas, de assentamentos e nas escolas rurais ou do campo, como são conhecidas atualmente. Melhor dizendo, a educação remete à escola, mas não necessariamente a seus profissionais, os professores (Arroyo, Caldart, & Molina, 2011).

Esse processo de mudança na forma de se atribuir valor à educação e ao professor, bem como as mudanças ocorridas no âmbito do exercício profissional da docência, deve ser tomado como objeto de estudo e, em especial, a nosso ver, a atividade do professor das escolas rurais, ainda mais fortemente marcada pelos desafios da contemporaneidade: desvalorização da educação como um todo, no Brasil e países menos desenvolvidos; precarização do trabalho docente; baixo investimento na formação profissional dos futuros professores e no processo de formação continuada dos ativos; desvalorização da atividade profissional docente; defasagem salarial da categoria docente em relação a outras profissões no Brasil; perda de direitos trabalhistas outrora conquistados; ausência de suporte organizacional para a realização das atividades de preparação e regência das aulas; sucateamento da estrutura física e material dos locais de trabalho; dentre outros fatores que impactam negativamente a atividade profissional. Outro aspecto que conjecturamos como sendo de especial importância é, na relação com o trabalho, como fica a saúde do professor? Ou seja, olhando mais direta e criticamente para professores de escolas rurais, perguntamos: que impactos esse contexto de atuação profissional traz para sua saúde?

A categoria professor e as suas relações com o binômio saúde-trabalho já são objetos de estudo de diferentes áreas do conhecimento, sendo essas temáticas propósitos crescentes, nos últimos anos, nas pesquisas de diversos autores (Batista, Carlotto, Coutinho, Nobre, & Augusto, 2009; Codo, 1999; Esteve, 1999; Ferreira-Costa & Pedro-Silva, 2019; Gasparini, Barreto, & Assunção, 2005; Levy & Sobrinho, 2010; Tostes, Albuquerque, Silva, & Petterle, 2018). Nossa proposta investigativa está inserida nesse contexto.

Este artigo parte do pressuposto de que o trabalho ocupa função central na vida das pessoas, sendo assim, afeta a vida e a saúde dos trabalhadores e, no caso dos professores, torna-se um fator de grande objeção diante dos propósitos educacionais, criando uma contradição nefasta: Educo para emancipar o outro, ao passo que

corro o risco de adoecer.

O contexto de trabalho dos professores passou por diversas mudanças nas últimas décadas, sobretudo nas escolas públicas, onde esses aspectos se tornam ainda mais evidentes: carência de infraestrutura; contexto social desfavorável; carga excessiva de trabalho; baixa remuneração; falta de cooperação entre os pares; baixa autonomia nas atividades; burocratização do trabalho pedagógico; excessiva quantidade de alunos por sala; indisciplina dos alunos. Verifica-se, ainda, que a sobrecarga de trabalho – item número um da lista de pontos de insatisfação com o trabalho de professores – torna a sua atividade muito desgastante, com risco à saúde da categoria (Codo, 1999; Lemos, 2014; Sampaio & Marin, 2004).

Este cenário de precarização da atividade docente completa-se em termos de justificativa, pelo que afirmam Gasparini et al. (2005, p. 191):

O papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento do aluno, o que era comumente esperado. Ampliou-se a missão do profissional para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. O professor além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende à família e à comunidade. Verificamos que as atribuições aos docentes têm aumentado imensuravelmente. Porém, as condições físicas das escolas e a estrutura hierárquica do ambiente escolar dificultam bastante o desenvolvimento do trabalho docente.

O trabalho dos professores é considerado de alta exigência e complexidade, com carga horária excessiva – posto que boa parte de suas atividades ultrapassa o período de permanência na escola – e remuneração normalmente abaixo da considerada justa e adequada, apesar da grande quantidade de alunos em sala de aula. É de suma importância que os docentes tenham espaços no ambiente de trabalho que possibilitem a troca de experiências, o apoio social e o fortalecimento das políticas públicas para que questões como remuneração, menor número de alunos em sala de aula e segurança na escola sejam postas em pauta com a finalidade de mudança dessa realidade (Birolim et al., 2019).

Pesquisa recente, realizada na cidade de São José dos Campos, São Paulo, com 163 professores do Ensino Básico da rede pública estadual, que objetivou avaliar o grau de satisfação no trabalho e sintomas ansiosos e depressivos dos professores, identificou que 58% dos pesquisados estavam psicologicamente adoecidos e que 27% deles apresentaram sintomatologia condizente a um quadro de transtorno de ansiedade ou de depressão (Ferreira-Costa & Pedro-Silva, 2019).

A carreira docente é considerada, já há um bom tempo, uma profissão de risco e com maior probabilidade de adoecimento e afastamento, conforme dados disponibilizados no relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1984). Isso ocorre porque exige adaptação constante do profissional que a executa, pois demanda necessidade de lidar frequentemente com pessoas, sobretudo com aquelas que estão em processo de desenvolvimento físico, cognitivo, moral e psicológico. Dessa forma, o profissional da educação constitui-se como um sujeito mais suscetível a apresentar sofrimento psíquico, seja por estresse e acúmulo de trabalho, seja por problemas relacionados à escola e aos alunos (Cortez, Souza, Amaral, & Silva, 2017; Piolli, Silva, & Heloani, 2015; Tostes et al., 2018). A transição das habilidades e competências que os professores têm que apresentar para o exercício da atividade profissional, juntamente com o estilo de gestão escolar, a relação com a família e comunidade, a localização geográfica da escola, entre outros aspectos, podem constar substancialmente como fatores de riscos à sua saúde.

Não obstante o contexto ora relatado, extremamente marcado por fatores psicossociais de risco à saúde do trabalhador docente, há outro fenômeno, ainda pouco estudado, que agrava o cenário: o presenteísmo, que implica a presença do profissional em seu posto de trabalho e na sua organização apesar de estar doente e de, inclusive, ter o direito garantido pela legislação trabalhista de se ausentar para dedicar-se ao cuidado de sua saúde (Camargo, 2017; Schmidt, Castro, & Casadore, 2018). Assim, nos indagamos: que motivos tem o professor para, mesmo doente, não se ausentar do trabalho? Que ressonâncias sobre sua saúde este comportamento ou fenômeno organizacional tem?

Com o propósito de compreender tal problemática, este estudo teve como objetivo investigar a prevalência do presenteísmo em professores que atuam em escolas rurais de uma cidade do interior paulista,

além de identificar as possíveis variáveis sociodemográficas e ocupacionais que podem estar relacionadas ao presenteísmo, por meio do campo teórico da Psicologia da Saúde, Trabalho e Educação. Os achados obtidos poderão contribuir para as práticas de prevenção do adoecimento e promoção da saúde, bem como para o bem-estar no contexto de trabalho educacional.

Da Escola Rural para a Escola do Campo

Uma das intenções deste estudo reside na possibilidade de dar mais visibilidade ao contexto rural por meio da descrição e de um olhar mais atento sobre a atuação dos professores que trabalham neste ambiente. Deste modo, será abordado o desenvolvimento do termo escola rural e sua transição de conceito para escola do campo. O contexto dos professores que trabalham em escolas rurais pode ser entendido como um desafio e uma satisfação, dualidade essa que marca a vida da maior parte dos professores.

A revisão de literatura sobre educação e escola rural, produzida para o intervalo de tempo entre os anos 1990 e 2020, mostra que há poucos estudos sobre a temática e que eles têm se concentrado na denominada “educação do campo” (Arroyo & Fernandes, 1999; Arroyo et al., 2011). A busca por este tema na literatura, em especial brasileira, resultou na percepção de uma escassez, portanto. A carência de políticas públicas educacionais, atrelada à maior valorização do ensino urbano em comparação ao rural, contribuiu para um processo de descaso dos direitos das pessoas que residiam em áreas rurais, negando-lhes ou tornando difícil o acesso à escola e educação de qualidade.

É indispensável analisar o modelo de educação para se pensar na construção de um novo projeto às populações do campo; problemática essa que carece da participação dos trabalhadores rurais, dos movimentos sociais de luta pela terra, de instituições de ensino e de universidades.

A mudança do conceito de educação rural para educação do campo nasce em julho de 1997, no Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera), promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Fernandes & Molina, 2005). A

alteração da terminologia para educação do campo teve como objetivos denunciar a situação das escolas rurais e mobilizar organizações e entidades a fim de reivindicar políticas públicas e refletir as questões pedagógicas a partir das lutas e vivências do cotidiano dos camponeses, permitindo, assim, que as escolas do campo tivessem uma atenção especial.

Os dados estatísticos nacionais mais atuais sobre o perfil dos professores mostram resultados sobre a educação neste contexto. Existiam, em 2006, 354.316 professores atuando na educação básica do campo. No Ensino Fundamental do 1º ao 4º ano, apenas 9% dos professores apresentavam formação superior e entre os que atuavam nas séries finais do Ensino Fundamental, o percentual de professores com apenas o Ensino Médio completo correspondia a 57% do total. Descaso maior quando se trata da situação dos professores de Ensino Médio: 22% tinham escolaridade de nível médio, ou seja, atuavam no mesmo nível de ensino que a sua própria escolaridade (Ministério da Educação, 2006).

Nessa conjuntura, a função do professor que atua nos espaços rurais possui um caráter de suma importância. As questões metodológicas e pedagógicas devem possibilitar aos alunos do campo uma compreensão a partir da sua realidade, deste modo, os professores que atuam nas escolas do campo precisam conhecer a problemática e realidade do espaço rural. As práticas didáticas, nesse contexto, teriam que estar voltadas para atender uma especificidade de pensar o campo em âmbito particular e, no aspecto geral, para compreender os desafios e as perspectivas das escolas do campo. Por isso, pensar a escola do campo por esse prisma também requer a construção de pressupostos teórico-metodológicos para viabilizar tal ensino, e isso passa impreterivelmente pela figura dos professores que atuam nesses espaços.

Presenteísmo

O fenômeno do presenteísmo surge ao se reconhecer a importância das pessoas para as organizações de trabalho. Nesse sentido, o olhar para o fenômeno do presenteísmo coincide com a mudança de paradigma que vai lentamente se observando no mundo do trabalho, onde já se fala menos de “recursos humanos”, uma visão instrumental da força humana de trabalho, e mais de “gestão de pessoas”, com um compromisso assumidamente maior com o bem-estar e a saúde do trabalhador (Oliveira, Gomide, & Poli, 2020; Paixão, Silveira, &

Nascimento, 2019). O termo *presenteísmo* origina-se do inglês *presenteeism*, utilizado para explicar a relação entre doença e não afastamento do trabalho.

O presenteísmo foi identificado há décadas, porém é relativamente recente na literatura da saúde e produtividade, bem como da Psicologia Organizacional e do Trabalho (Camargo, 2017; Paschoalin, 2012). Sendo pouco pesquisado e de difícil mensuração, já que o trabalhador está de corpo presente no trabalho, mas não envolvido com a execução de sua atividade, é possível pensar que o trabalhador se encontra total ou parcialmente desconectado do sentido do trabalho, bem como envolvido em outros aspectos, sendo estes de ordem social ou psicológica, que acabam desviando a atenção e o foco para as questões pessoais (Camargo, 2017).

O surgimento do termo presenteísmo data da década de 1950, porém somente a partir dos anos de 1990 é que a temática adquiriu interesse no meio acadêmico. Em face da alta competitividade, que parece ser a tônica das organizações na contemporaneidade, tais aspectos poderiam melhorar a produtividade e, conseqüentemente, o lucro das organizações (International Stress Management Association no Brasil, 2010). Para Johns (2010), o fenômeno do presenteísmo pode estar associado a uma gama de fatores, como as condições de saúde, os aspectos pessoais e o contexto de trabalho.

Já na década de 1990, quando o psicólogo e professor Cary Cooper retomou essa problemática, diante da instabilidade da empregabilidade e da necessidade de compreender o processo por meio do qual o empregado se fazia presente no trabalho mesmo estando doente, foi possível pensar que sua presença se dava de forma meramente física e, portanto, com um importante grau de distanciamento e envolvimento com a realização de suas atividades laborais (Flores-Sandí, 2006).

Estudos realizados por Cooper (2011) apresentam como uma das principais causas do presenteísmo o medo de perder o emprego. Esse fator colabora para que o trabalhador presenteísta compareça sem estar em condições físicas e/ou psicológicas de trabalhar.

Passaremos agora à exposição dos nossos procedimentos metodológicos, resultados encontrados e reflexões que permitiram uma melhor compreensão do fenômeno e alcance de nossos objetivos de pesquisa.

Método

Utilizou-se como método de pesquisa o corte transversal de caráter descritivo e exploratório com abordagem quantitativa.

Local e Participantes

Participaram do estudo 20 professores que atuam em duas escolas do Ensino Fundamental, anos iniciais, localizadas na área rural de um município do interior paulista, situado às margens da rodovia Castelo Branco, a aproximadamente 100 km da capital. Cada escola atende cerca de 400 alunos que residem em áreas rurais, atuam em dois períodos – matutino e vespertino – e possuem 10 professores. O primeiro contato para apresentação dos objetivos e demais esclarecimentos sobre a pesquisa foi estabelecido com a Secretaria de Educação do município e, posteriormente, com a diretora que respondia por ambas as escolas rurais.

Procedimentos de Coleta dos Dados

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras, da Unesp, *campus* de Assis, e aprovado sob o parecer nº 2.237.981/2017, respaldado pela Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. Os critérios de inclusão foram: ser professor contratado por meio de um dos diferentes regimes de trabalho oficiais e atuante em uma das escolas rurais; concordar com a participação na pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado em duas vias. Como critério de inclusão da segunda parte da pesquisa, consideramos somente os participantes que declararam ter comparecido ao trabalho nos últimos 30 dias, ou seja, que não se afastaram ou se ausentaram de suas funções laborais por motivos de doença; a estes foi solicitado responder ao questionário *Stanford Presenteeism Scale* (SPS-6).

A coleta de dados foi realizada pelos pesquisadores durante a Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), em horários e datas disponibilizados pelas escolas, na sala de reunião dos professores, com duração média de 10 minutos por participante. Foram utilizados dois instrumentos, sendo o primeiro um Questionário Sociodemográfico e Ocupacional (QSDO), com o objetivo de conhecer o perfil dos professores participantes da pesquisa e verificar as associações entre as condições de saúde, trabalho e presenteísmo. O segundo

instrumento foi a SPS-6, de Koopman et al. (2002), traduzida para a língua portuguesa e validada para uso no Brasil por Paschoalin, Griep, Lisboa e Mello (2013). A SPS-6 (Koopman et al., 2002) é uma ferramenta que visa avaliar o impacto do presenteísmo na produtividade e no desempenho individual, mediante a capacidade dos trabalhadores para se concentrar e realizar o seu trabalho, apesar do adoecimento ou de se sentir mal. Foi utilizada no presente estudo a versão com seis itens, cujas questões foram distribuídas em dois grupos, na seguinte conformidade: Grupo I: questões 1, 3 e 4, referentes à capacidade psicológica, que avaliam a capacidade de concentração mantida pelos trabalhadores durante e execução do trabalho (concentração mantida); Grupo II: questões 2, 5 e 6, que associam a interferência dos problemas de saúde à capacidade de finalizar o trabalho, geralmente relacionada às causas físicas que acabam por interferir na realização do trabalho de forma exitosa e no cumprimento dos objetivos.

O escore total da SPS-6 foi obtido mediante a soma das pontuações dos itens, podendo variar de 6 a 30, apresentados em uma escala do tipo *Likert*, variando de 1 (*discordo totalmente*) a 5 (*concordo totalmente*). Uma alta pontuação (> 18) indica maior capacidade de concentração e realização do trabalho, apesar do problema de saúde ou de sentir-se mal. As pontuações mais baixas (de 6 a 18) demonstram queda no desempenho em suas atividades laborais, em razão do presenteísmo. A escala possui valores com escore reverso. A consistência interna das dimensões identificadas como “trabalho finalizado” e “distração evitada” apresentou valores superiores ao critério mínimo adotado (0,70), podendo observar-se robustez psicométrica, o que nos habilita a apresentar resultados fidedignos.

Dos 20 participantes da pesquisa, 18 professores que atuam nas escolas rurais se consideraram elegíveis a responder o instrumento, isto é, não haviam se ausentado ou se afastado do trabalho nos últimos 30 dias, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1.

Demonstrativo dos Participantes Aptos a Responder o SPS-6

Afastou-se do trabalho nos últimos 30 dias	N	%	P-valor
Não	18	90	< 0,00001
Sim	2	10	-

As informações coletadas foram digitadas em uma planilha do programa *Microsoft Office Excel*[®] 2010. Procedeu-se à caracterização da população conforme as variáveis pesquisadas. Os testes foram realizados no *software R*, desenvolvido por *R. Core Team*. Os resultados foram analisados e equiparados com os encontrados na literatura. As variáveis por categorias foram descritas por meio de razões e proporções. Adotou-se o nível de significância (α) de 5%, sendo considerados significativos valores $p < 0,05$ e intervalo de confiança de 95% (IC 95%), foram promovidas análises descritivas e categóricas com a distribuição de frequências e foi aplicado o teste de proporções χ^2 de Pearson, com correlação de Yates.

Resultados e Discussão

A escala SPS-6 indicou a frequência de 83% da amostra ($p < 0,00001$), com comprometimento no desempenho no trabalho pelo presenteísmo, ou seja, revelou que a maior parte dos trabalhadores que participaram da pesquisa apresentou escore menor ou igual a 18 pontos, associado a fatores de ordem psicológica (capacidade de concentração não mantida) e a interferências comumente associadas a causas físicas (capacidade de finalização do trabalho), como é possível se observar na Tabela 2.

Tabela 2.

Pontuação do Presenteísmo na Amostra de Professores que Atuam nas Escolas Rurais

Pontuação SPS-6	N	%	P-valor
Baixa Pontuação/Presenteísmo	16	90	< 0,00001
Alta Pontuação/Presenteísmo	2	10	-

A alta pontuação no SPS-6 (> 18) indica maior capacidade de concentração e realização do trabalho, apesar do problema de saúde ou do sentir-se mal. A baixa pontuação no SPS-6 (6 a 18) indica queda no desempenho em atividades laborais em razão do presenteísmo. O escore de 90% com baixa pontuação, indicando uma objeção dos propósitos educacionais e um obstáculo diante do trabalho dos professores, permite analisar que a maior parte dos professores participantes está exercendo suas atividades em condições inadequadas de saúde, aspectos esses que podem ser analisados por diversos fatores relacionados com a organização do trabalho docente, as condições de trabalho e as relações socioprofissionais. De acordo com o exposto pela literatura, houve um acréscimo significativo de adoecimento psíquico entre os professores nos últimos anos e esse problema está intimamente relacionado às condições de trabalho dessas pessoas (Cabral, 2019; Cortez et al., 2017; Tostes et al., 2018).

Flores-Sandí (2006) evidencia o sofrimento psíquico dos professores e sua relação com presenteísmo. A pesquisadora relata que inúmeros professores trabalham mesmo estando doentes e que, apesar de irem para o trabalho sem estarem em condições adequadas de saúde, alguns desses conseguem ter bom rendimento pedagógico. O presenteísmo acaba sendo reconhecido e validado diante do contexto precário da atuação dos professores, sobretudo quando se observa a rede pública de ensino.

Na sequência, apresentam-se os resultados desmembrados da baixa pontuação relacionada ao presenteísmo, com frequência de 90% ($p < 0,00001$), que se refere à existência de comprometimento no desempenho das atividades laborais. Com o objetivo de expor a frequência relativa obtida nos aspectos “trabalho completado” e “distração evitada”, é exibida a pontuação aferida no instrumento SPS-6, conforme sua divisão por questões, mediante a pontuação na escala *Likert* (Tabela 3).

Tabela 3.

Associação da Frequência Relativa da Amostra dos Professores que Atuam em Escolas Rurais

Pontuação	Grupo 1 - Trabalho Completado			Grupo 2 - Distração Evitada		
	> 18	De 3 a 18	Total	> 18	De 3 a 18	Total
3	0,0%	16,7%	15,0%	0,0%	38,9%	35,0%
4	0,0%	5,6%	5,0%	0,0%	0,0%	0,0%
5	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%	5,0%
6	0,0%	22,2%	20,0%	0,0%	11,1%	10,0%
7	0,0%	27,8%	25,0%	50,0%	22,2%	25,0%
8	0,0%	11,1%	10,0%	0,0%	11,1%	10,0%
9	0,0%	11,1%	10,0%	50,0%	5,6%	10,0%
10	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
11	0,0%	5,6%	5,0%	0,0%	5,6%	5,0%
12	50,0%	0,0%	5,0%	0,0%	0,0%	0,0%
13	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
14	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
15	50,0%	0,0%	5,0%	0,0%	0,0%	0,0%

A frequência relativa para o grupo 2 (distração evitada) revelou que cerca de 54,79% dos participantes da pesquisa pontuaram escore ≤ 18 pontos (90% da amostra), indicando com isso que o presenteísmo reduziu a sua capacidade de se concentrar e realizar o trabalho, encontra-se nas menores pontuações da escala SPS-6 (de 3 a 6 pontos), o que caracteriza considerável nível de comprometimento na capacidade de manutenção da concentração, associada a aspectos psicológicos.

O alto índice da amostra que obteve baixa pontuação na SPS-6 comprova que a maioria dos professores se encontra cansada, estressada, sobrecarregada e, mesmo diante dessa condição, permanece presente no trabalho. De acordo com Paschoalin (2012), nesse aspecto, eles comparecem à escola e registram as aulas, mesmo estando doentes ou em processo de adoecimento, a fim de cumprirem suas atividades laborais, porém, com qualidade abaixo do esperado, causando dificuldades na elaboração dos projetos e alcance dos objetivos educacionais. Tal constatação, nos leva a pensar que, noutra oportunidade de pesquisa, será interessante investigar os significados atribuídos ao trabalho pelos docentes ou ainda, noutra perspectiva teórica, as representações sociais envolvidas na relação entre trabalhadores da educação e o trabalho docente,

aparentemente marcada por aspectos subjetivos capazes de influenciar no tipo de comprometimento com o trabalho ou na aceitação de algumas condições negativas ou precárias, como inerentes à natureza da atividade profissional.

As variáveis sociodemográficas e ocupacionais correlacionadas com a baixa pontuação para o presenteísmo (6 a 18 pontos) denotaram a queda no desempenho em suas atividades laborais, em razão do presenteísmo. A alta pontuação obtida para o presenteísmo (> 18) indica maior capacidade dos professores participantes da pesquisa em concentração e realização do trabalho, apesar do problema de saúde ou do sentir-se mal, segundo critérios de Koopman et al. (2002). Tais dados podem ser verificados na Tabela 4.

Tabela 4.

Associação das Variáveis Sociodemográficas e Ocupacionais Correlacionadas com o Presenteísmo dos Participantes

Variáveis	Baixa Pontuação Presenteísmo		Alta Pontuação Presenteísmo		P-valor
	N	%	N	%	
Sexo					
Feminino	15	88,2	2	11,8	0,888
Masculino	1	100,0	0	0	-
Idade					
18 a 25 anos	2	100,0	0	0	-
26 a 30 anos	2	100,0	0	0	-
31 a 35 anos	2	100,0	0	0	0,723
36 a 40 anos	3	-	0	0	-
Acima de 40 anos	7	77,8	2	22,2	-
Carga horária semanal					
Até 16 horas	2	100,0	0	0	0,678
17 a 31 horas	6	100,0	0	0	-
Mais que 32 horas	8	80,0	2	20,0	-
Tipo de contrato					
Efetivo	10	83,3	2	16,7	0,431
Provisório	6	100,0	0	0	-

A atividade profissional do professor, na atualidade, demanda uma carga de trabalho muito além das atividades pedagógicas dentro das salas de aula, ainda assim, em muitas situações, ele é o único responsável pelo fracasso do aluno, e cada vez mais sofre com o desprestígio social e financeiro de sua profissão, o que gera tensão permanente nesta classe trabalhadora (Altoé, 2010). Esses aspectos contribuem para um rigoroso senso de responsabilidade por parte do trabalhador professor, contribuindo para não se ausentar da sala de aula em face de sua condição ou sintomas de doença; políticas organizacionais de bônus condicionantes a assiduidade, são fatores relevantes que corroboram essa situação. No caso dos participantes de nossa pesquisa, se porventura o número de faltas (com atestados médicos ou injustificadas) exceder, no ano, 12 ausências, os professores perdem o direito a um bônus do vale-alimentação e a um 14º salário, que é pago àqueles que não se ausentam da sala de aula.

Em relação às características da população pesquisada, houve predominância do sexo feminino (94%). Ao analisar o sexo dos respondentes, bem como ao contrapor nossos achados com os de outros pesquisadores (Batista et al., 2009; Flores-Sandí, 2006), foi possível evidenciar que a profissão docente é feminizada e ainda atrelada à figura materna. Casadas ou em regime de união estável (50%), com filhos (65%), na média de idade de 41,5 anos, sendo a menor idade 22 anos e a maior 58 anos, as mulheres poderão apresentar mais presenteísmo, uma vez que estão sujeitas à elevada pressão social para manterem altos níveis de desempenho, tanto no trabalho como nas atividades domésticas (Martinez & Ferreira, 2012).

O tempo médio dos trabalhadores atuando como professores é de 12 anos e 1 mês, já o tempo médio de atuação verificado nas escolas rurais pesquisadas foi de 6 anos. Quanto à carga horária de trabalho dos professores, 89% laboram com a carga máxima permitida pelo município, ou seja, 35 horas por semana, sendo 7 horas diárias, totalizando 26 horas em sala de aula por semana, 2 horas de HTPC e 7 horas de Trabalho Pedagógico Escolar (HTPE).

No trabalho pedagógico escolar, os professores se direcionam para estudos coletivos ou individuais, além do planejamento de aulas, da avaliação dos trabalhos dos alunos, dos cursos de capacitação e treinamentos, do atendimento a pais, responsáveis e membros da comunidade. Em sua pesquisa, Marques (2010) evidenciou

que a extensão da carga horária, em especial aquela que invade o tempo e a vida privada dos profissionais da educação, pode interferir negativamente no desempenho das atividades de ensino. Desta maneira, é possível observar que, diante da sobrecarga de trabalho, podem ocorrer consequências negativas para a saúde destes profissionais, vindo a resultar em faltas ao trabalho ou comportamentos presenteístas. A intensificação do trabalho vai além da expansão da jornada de trabalho. Para Assunção e Oliveira (2009), o aumento das demandas de trabalho de preparação/correção a ser realizado nas residências dos professores, somado ao maior número de horas de atividades extraclasse na escola, acarretaria alta exigência ao professor, o que intensifica o seu desgaste e pode trazer riscos à sua saúde. Vale lembrar que a sobrecarga de trabalho, o prejuízo ao equilíbrio trabalho-família e a redução do tempo possível de ser empregado ao ócio produtivo (atividades de lazer, práticas esportivas, convivência familiar etc.) são considerados fatores psicossociais de risco à saúde dos trabalhadores (Cardoso, Feijó, & Camargo, 2018).

Com relação ao vínculo empregatício, os respondentes informaram possuir dois tipos de contrato: o efetivo, mediante concurso público, que garante estabilidade, e o provisório, de caráter temporário, que não oferece esta garantia. Os professores efetivos corresponderam a 67% da amostra pesquisada, ao passo que os professores provisórios, compreenderam a 33%. Em estudo realizado por Flores-Sandí (2006), a pesquisadora relata que a dificuldade em ser substituído possui relação com o presenteísmo, com isso, pode-se refletir que os professores que atuam nos contextos rurais acabam possuindo uma responsabilidade com o ato de ensinar e possibilitar desenvolvimento aos seus alunos. Nesse contexto, e diante da dificuldade de substituição, muitos professores acabam tendo comportamentos presenteístas. Karmann e Lancman (2013) constataram que a falta de trabalhadores nas escolas, incluindo professores, provoca situações difíceis de serem gerenciadas, tanto do ponto de vista organizacional como pedagógico. Estas situações levam os professores a se sentirem responsáveis por tudo que se relaciona a seus alunos, sejam progressos ou insucessos, bons ou maus comportamentos, acidentes, incluindo o fato de terem ou não aulas.

Santos, Marques e Nunes (2012) indicam aspectos relevantes para considerarmos enquanto elementos que precarizam o exercício profissional da docência no Brasil, como a condição salarial dos professores da

Educação Básica que, quando comparada a outras profissões, ainda é uma das mais baixas diante da relação entre tempo e esforço dedicado ao cumprimento da atividade e, não menos importante, os contextos escolares nos quais os professores desenvolvem o seu trabalho possuem fatores como grade horária excessiva, número de alunos por sala excedendo o regulamentar, tipo de contrato – que gera percepção de insegurança e instabilidade na relação com o trabalho, tempo indisponível para atividades de lazer e reduzida qualidade das interações sociais. Conjunturas como essas são de suma importância e, portanto, imprescindíveis para a conservação do estado de saúde dos trabalhadores e a própria qualidade do trabalho exercido (Biolim et al., 2019; Cortez et al., 2017; Ferreira-Costa & Pedro-Silva, 2019; Lemos, 2014). Quanto à locomoção dos professores até as escolas rurais, todos informaram se locomover com veículos próprios, com o argumento de que são escassos os horários de ônibus circulares para as escolas rurais.

Em se tratando da formação acadêmico-profissional dos professores que participaram da pesquisa, 78% possuem formação em Pedagogia; outros 11% são formados em Educação Física e, por fim, 11% são licenciados em Educação Artística. Os professores com pós-graduação *lato sensu* totalizaram 78% da amostra. O exposto ratifica que os professores encontram estímulos para permanência e crescimento na profissão, uma vez que a maioria deles possui especialização na área educacional, fator que tem como hipótese o fato da rede municipal pesquisada possuir um plano de carreira para os servidores que atuam como professores, valorizando assim o desenvolvimento pessoal e profissional numa perspectiva meritocrática e gerencialista da carreira docente (Pavan & Backes, 2016; Ramos, 2015; Santos & Oliveira, 2017).

Outras condições fundamentais podem interferir na saúde do trabalhador docente, entre as quais se destaca o tempo disponível para atividades físicas e hábitos saudáveis de vida, e são demonstradas na Tabela 5.

Tabela 5.

Associação de Hábitos e Sintomas Autorreferidos com o Presenteísmo

Variáveis	Baixa Pontuação Presenteísmo		Alta Pontuação Presenteísmo		P-valor
	N	%	N	%	
Atividade física					
Sim	9	81,8	2	18,2	0,359
Não	7	100	0	0	-
Tabagismo					
Sim	2	100	0	0	0,784
Não	14	87,5	2	12,5	-
Bebidas alcoólicas					
Sim	5	100	0	0	0,359
Não	9	81,8	2	18,2	-
Sintomas neuropsíquicos	13	81,9	5	28	1,000

No que tange à realização da atividade física, 39% dos entrevistados que apresentaram baixa pontuação do presenteísmo relataram não praticar atividade física, ou seja, houve queda no desempenho em suas atividades de trabalho em razão do presenteísmo. Apenas 11% dos participantes da pesquisa indicaram fazer uso de cigarro, e esse grupo está indicado na baixa pontuação do presenteísmo. No item que questionou o uso de bebidas alcoólicas, 28% do grupo que apontou baixo presenteísmo relatou que fazem uso.

Referente aos sintomas neuropsíquicos, que incluem tonturas, fadiga, indiferença sexual, preocupação em excesso, dificuldade para dormir/insônia, ansiedade/angústia, dificuldade de concentração e irritação/impaciência, a frequência de relatos foi de 72% dos pesquisados com baixa pontuação para o presenteísmo, ou seja, o presenteísmo foi significativamente prejudicial na performance dos participantes da pesquisa. Para Mitra (2008), os empregadores questionados sobre o presenteísmo relataram que, dos trabalhadores presenteístas, 58% tinham doenças crônicas, como diabetes, problemas cardíacos ou dor crônica na coluna; já 43% manifestavam problemas de saúde mental, citando como exemplos, a ansiedade e depressão; por fim, 39% possuíam ferimentos físicos, tais como entorses e ossos quebrados, o que poderia reduzir a produtividade de imediato. Um estudo com 420.000 trabalhadores no Reino Unido encontrou 14,1% de presenteístas, dentre os quais uma parcela significativa foi associada com transtornos mentais e de

comportamento, visto que um em cada seis trabalhadores relatou sofrer de depressão e/ou ansiedade, assim como um em cada cinco trabalhadores apresentava condição de dependência de álcool ou outras drogas (Cooper, 2011).

Ressalta-se que, nos sintomas autorreferidos, os participantes com alta pontuação para o presenteísmo não assinalaram aqueles de ordem cardiovasculares, gastrointestinais e osteomusculares, o que inviabilizou a correlação com os participantes da pesquisa na categoria da baixa pontuação do presenteísmo. Essas queixas, além de prejudicarem gravemente a produtividade, muitas vezes não são tratadas ao longo dos anos de vida produtiva, podendo gerar altos custos indiretos para a organização de trabalho e diretos para o próprio trabalhador e, ainda, se tornar doença crônica (Hemp, 2004).

Cabral (2019) realizou um estudo qualitativo, nas escolas estaduais em áreas urbanas de Rio Branco, Acre, com o objetivo de analisar a relação entre as condições de trabalho dos professores do Ensino Médio e as possíveis associações de adoecimento diante do presenteísmo e do absenteísmo. A pesquisa evidenciou que as condições de trabalho afetam a saúde dos professores levando a situações de absenteísmo laboral e de presenteísmo. São muitas as variáveis que podem influenciar negativamente a saúde do trabalhador identificadas neste estudo: questões relacionadas à estrutura, cultura, clima e políticas de gestão organizacionais; doenças crônicas ou agudas pré-existentes, estresse ocupacional, síndrome de *burnout*, má gestão dos fatores psicossociais de risco ou pouca atenção dirigida à qualidade de vida no trabalho por parte da autoridade organizacional, preocupações externas etc. (Cabral, 2019). De acordo com Flores-Sandí (2006), para a redução do presenteísmo é importante identificar o problema, determinar as causas, o custo para a organização, além de estabelecer programas de atenção e educação à saúde para os trabalhadores, com a finalidade de ajudar a encontrar soluções para seus problemas. Em especial, faz-se necessária a conscientização, por parte das organizações de trabalho e seus respectivos gestores, de seu fundamental papel no processo de proteção à saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, vale olhar para o presenteísmo como um sinal, um sintoma, que aponta para dois adoecimentos em processo de desenvolvimento, a saber: o do trabalhador individualmente e o da organização de trabalho (Camargo, 2017).

Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi investigar a prevalência de presenteísmo em professores que atuam em escolas rurais e as possíveis variáveis sociodemográficas e ocupacionais que podem estar relacionadas a este fenômeno. Nesse sentido, foi possível verificar que, no desenvolvimento da atividade profissional dos professores pesquisados, as condições de trabalho estão produzindo riscos à saúde física e mental, em especial por apresentarem comportamento presenteísta. Assim, o presente estudo desvela o retrato de um processo de adoecimento velado e de difícil mensuração.

Estando os professores sujeitos às precárias condições de trabalho, aspecto que afeta diretamente sua saúde, o que se tem como resultados diretos são o absenteísmo laboral e o fenômeno do presenteísmo e, de modo indireto, como que efeitos colaterais, as alterações na qualidade do trabalho realizado, do desempenho e produtividade profissionais, logo, prejuízos à educação.

Os resultados obtidos com este estudo evidenciam que a maioria dos professores participantes comparece ao local de trabalho mesmo estando adoecida, ou seja, apresenta comportamento presenteísta, sendo este decorrente de problemas de saúde que os acometem de forma ora aguda ora crônica, trazendo consequências negativas para o professor e para as escolas e, com isso, desarticulando as práticas e os propósitos pedagógicos. Por ser um fenômeno silencioso e nem sempre perceptível, os indícios de sua associação, nas escolas investigadas, residem na elevada carga horária dos professores, no compromisso, na exigência desses profissionais com os alunos e por não quererem perder os benefícios proporcionados aos que não se ausentam do trabalho.

Durante a aplicação da pesquisa e devolutiva dos resultados, não houve relatos sobre ações do poder público ou da Secretaria de Educação do Município que demonstrassem atenção à saúde e à qualidade de vida dos professores, pelo contrário, as ações públicas ou políticas de gestão de pessoas ocorrem na direção de fazer com que o professor esteja presente no trabalho mesmo em condição de saúde comprometida.

Entende-se que a docência é uma profissão de grande importância para a sociedade. Foi assim no passado, é no presente e, muito provavelmente, será no futuro. Refletir a respeito dos aspectos que prejudicam ou protegem

a saúde dos professores torna-se, portanto, imprescindível.

Por fim, diante das discussões e dos resultados aqui apresentados, esperamos ter alcançado o objetivo de contribuir para a propagação do conhecimento nessa área e sensibilizar o poder público e gestores institucionais para a elaboração e implementação de políticas públicas e organizacionais direcionadas aos professores, especialmente ao cuidado de sua saúde. Outros estudos estão em andamento com o intuito de se conhecer a realidade de diferentes categorias de professores e suas relações com o fenômeno do presenteísmo. Mas seriam ainda mais graves, por exemplo, em escolas urbanas, as condições de trabalho e ainda maiores os riscos à saúde de seus professores?

Destaca-se como limitação desta investigação o baixo número de professores participantes do estudo, assim como a utilização do modelo de corte transversal, no qual as informações são coletadas em um único momento, podendo estabelecer relações de associação, mas não permitindo relacionar com as possíveis causas de adoecimento dos professores. Como sugestão, propõe-se refletir sobre um acompanhamento longitudinal dos participantes da pesquisa, o que se poderá fazer por meio de outro empreendimento investigativo.

Espera-se que este artigo tenha contribuído para uma maior compreensão dos aspectos relacionados à saúde mental e ao trabalho dos professores da escola rural e que possa oportunizar reflexões da categoria estudada, além de ações preventivas e promotoras de saúde e qualidade de vida no trabalho, neste e noutros contextos educacionais.

Referências

- Altoé, A. (2010). *Políticas institucionais e seus desdobramentos sobre o trabalho docente: Absenteísmo e presenteísmo*. (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado de http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_AltoeA_1.pdf
- Arroyo, M. G., & Fernandes, B. M. (1999). *A educação básica e o movimento social do campo* (Vol. 2). Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação básica do campo.
- Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Orgs.). (2011). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes.
- Assunção, A. A., & Oliveira, D. A. (2009). Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação & Sociedade*, 30(107), 349-372. doi:10.1590/S0101-73302009000200003
- Batista, J. B. V., Carlotto, M. S., Coutinho, A. S., Nobre, F. D., N., & Augusto, L. G. S. (2009). Saúde do professor do ensino fundamental: Uma análise de gênero. *Caderno de Saúde Coletiva*, 17(3), 657-674. Recuperado de http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2009_3/artigos/Artigo_6.pdf
- Birolim, M. M., Mesas, A. E., González, A. D., Santos, H. G., Haddad, M. C. F. L., & Andrade, S. F. (2019). Trabalho de alta exigência entre professores: Associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(4), 1255-1264. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v24n4/1413-8123-csc-24-04-1255.pdf>
- Cabral, G. G. (2019). Condições de trabalho, saúde e adoecimento docente: presenteísmo e absenteísmo em escolas de ensino médio na região central de Rio Branco - AC. *Tecnia*, 4(2), 24-43. Recuperado de <http://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/616>
- Camargo, M. L. (2017). Presenteísmo: Denúncia do mal-estar nos contextos organizacionais de trabalho e de riscos à saúde do trabalhador. *Revista Laborativa*, 6(1 esp.), 125-146. Recuperado de <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>
- Cardoso, H. F., Feijó, M. R., & Camargo, M. L. (2018). O papel do Psicólogo Organizacional e do Trabalho (POT) na prevenção dos fatores psicossociais de risco. In M. L. G. Schmidt, M. F. Castro, & M. M.

- Casadore (Orgs.). *Fatores psicossociais e o processo saúde/doença no trabalho* (pp. 111-136). São Paulo: FiloCzar.
- Codo, W. (1999). *Educação: Carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Cooper, C. (2011, Abril). Presenteeism is more costly than absenteeism. *HR Magazine* [website]. Recuperado de <http://www.hrmagazine.co.uk/article-details/presenteeism-is-more-costly-than-absenteeism>
- Cortez, P. A., Souza, M. V. R., Amaral, L. O., & Silva, L. C. A. (2017). A saúde docente no trabalho: Apontamentos a partir da literatura recente. *Cadernos Saúde Coletiva*, 25(1), 113-122. doi:10.1590/1414-462x201700010001
- Esteve, J. M. (1999). *O mal-estar docente: a-sala-de-aula e a saúde dos professores*. Bauru: EDUSC.
- Fernandes, B. M., & Molina, M. C. (2005). O campo da educação do campo. In M. C. Molina, & S. M. A. Jesus, (Orgs.). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo* (2a ed., pp. 53-90). Brasília, DF: Articulação Nacional por Educação do Campo.
- Ferreira-Costa, R. Q., & Pedro-Silva, N. (2019). Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental. *Pro-Posições*, 30, e20160143. doi:10.1590/1980-6248-2016-0143
- Flores-Sandí, G. (2006). "Presentismo": Potencialidad en accidentes de salud. *Acta Médica Costarricense*, 48(1), 30-34. Recuperado de http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-60022006000100006&lng=pt_BR&tlng=es
- Gasparini, S. M., Barreto, S. M., & Assunção, A. A. (2005). O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, 31(2), 189-199. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2>
- Hemp, P. (2004). Presenteeism: at work- but out of it. *Harvard Business Review*, 10(4), 49-58. Recuperado de <https://hbr.org/2004/10/presenteeism-at-work-but-out-of-it>.
- International Stress Management Association no Brasil. (2010). *Presenteísmo*. Recuperado de <http://www.ismabrasil.com.br>
- Johns, G. (2010). Absenteeism or presenteeism: not at work or not working well. In J. Barling, & C. L. Cooper

- (Eds.), *The Sage Handbook of Organizational Behavior* (Vol. 1, pp. 160-178). London: Oxford.
- Recuperado de <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199211913.001.0001/oxfordhb-9780199211913-e-002?Rskkey=462Efo&result=1>
- Karmann, D. F., & Lancman, S. (2013). Professor - Intensificação do trabalho e o uso da voz. *Audiology - Communication Research*, 18(3), 162-170. doi:10.1590/S2317-64312013000300005
- Koopman, C., Pelletier, K., Murray, J. F., Sharda, C. E., Berger, M. L., Turpin, R. S., . . . , & Bendel, T. (2002). Standard presenteeism scale: hearth status and employee productivity. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 44(1), 14-20. doi:10.1097/00043764-200201000-00004
- Lemos, D. V. S. (2014). Precarização do trabalho docente e os impactos na saúde – O professor no seu limite. *Revista Entreideias*, 3(1), 95-109. doi:10.9771/2317-1219rf.v3i1.7028
- Levy, G. C. T. M., & Sobrinho, F. P. N. (Orgs.). (2010). *A síndrome de Burnout em professores do ensino regular: Pesquisa, reflexões e enfrentamento* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Cognitiva.
- Marques, G. F. C. (2010). *As condições de trabalho docente e processo ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_27e1144ab9c8c2c316004ae30900e019
- Martinez, L. F., & Ferreira, A. I. (2012). Sick at work: Presenteeism among nurses in a Portuguese Public Hospital. *Stress Health*, 28(4), 297-304. doi:10.1002/smi.1432
- Ministério da Educação. (2006). *A Educação no Brasil Rural*. Brasília: INEP.
- Mitra, S. (2008). *Managing absenteeism and presenteeism in the workplace: Best practices revealed. Keep an eye on morale*. Recuperado de http://www.cpa2biz.com/content/media/producer_content/newsletters/articles_2008/careers/workplace.jsp
- Oliveira, A. F., Gomide, S., Jr., & Poli, B. (2020). Antecedentes de bem-estar no trabalho: Confiança e políticas

- de gestão de pessoas. *Revista de Administração Mackenzie*, 21(1), 1-26. doi:10.1590/1678-6971/eRAMD200105
- Organização Internacional do Trabalho (1984). *A condição dos professores: Recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores*. Genebra: OIT/Unesco.
- Paixão, C. R., Silveira, A., & Nascimento, S. (2019). A Estratégia em organizações e o processo estratégico de gestão de pessoas. *Revista Alcance*, 26(2), 168-182. doi:10.14210/alcance.v26n2(Mai/Ago).p168-182
- Paschoalin, H. C. (2012). *Presente no trabalho mesmo doente: O presentismo na enfermagem*. (Tese de Doutorado) Escola de Enfermagem Ana Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado de http://objdig.ufrj.br/51/teses/EEAN_D_HeloisaCamposPaschoalin.pdf
- Paschoalin, H. C., Griep, R. H., Lisboa, M. T. L., & Mello, D. C. B. (2013). Transcultural adaptation and validation of the Stanford Presenteeism Scale for the evaluation of presenteeism for Brazilian Portuguese. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 21(1), 388-395. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0104-11692013000100014&lng=en&nrm=iso
- Pavan, R., & Backes, J. L. (2016). O processo de (des)proletarização do professor da educação básica. *Revista Portuguesa de Educação*, 29(2), 35-58. doi:10.21814/rpe.5957
- Piolli, E., Silva, E. P., & Heloani, J. R. M. (2015). Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. *Cadernos CEDES*, 35(97), 589-607. doi:10.1590/CC0101-32622015154849
- Ramos, V. (2015). Meritocracia na Educação e a luta dos trabalhadores contra a precarização. *Em Debate*, (11), 47-67. doi:10.5007/1980-3532.2014n11p47
- Sampaio, M. M. F., & Marin, A. J. (2004). Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação & Sociedade*, 25(89), 1203-1225. doi:10.1590/S0101-73302004000400007

- Santos, M. N., Marques, A. C., & Nunes, I. J. (2012). Condições de saúde e trabalho de professores no ensino básico no Brasil: Uma revisão. *Efdeportes.com, Revista Digital*, 15(166). Recuperado de <https://www.efdeportes.com/efd166/condicoes-de-saude-e-trabalho-de-professores.htm>
- Santos, J. C., & Oliveira, L. A. (2017). O gerencialismo na educação pública da cidade do Rio de Janeiro (2009-2012): Origens, implantação e resultados. *Educação, Teoria & Prática*, 27(54), 133-156. doi:10.18675/1981-8106.vol27.n54.p133-156
- Schmidt, M. L. G., Castro, M. F., & Casadore, M. M. (Orgs.). (2018). *Fatores psicossociais e o processo saúde/doença no trabalho*. São Paulo: FiloCzar.
- Tostes, M. V., Albuquerque, G. S. C., Silva, M. J. S., & Petterle, R. R. (2018). Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde Debate*, 42(116), 87-99. doi:10.1590/0103-1104201811607